



Processo nº: TC-MPCSP-049/040/18.
Objeto: IV Processo Seletivo de Estagiários
Assunto: Recurso contra o gabarito preliminar da prova objetiva.

Trata-se de recurso protocolado às 16h59 do dia 17.08.2018, pelo candidato José Roberto Ferreira de Moraes (inscrição MPC2018IV070261), contra a questão número 4 da prova tipo A.¹

Aduz o recorrente que a alternativa 'c', assinalada como correta pelo gabarito preliminar, não menciona os Tribunais de Contas dos Estados, *“em uma omissão que o coloca em desacordo com o enunciado, que refere-se (sic) aos termos da Constituição Federal”*. Por tal razão, solicita que a questão seja anulada.

De fato, há a omissão narrada pelo candidato.

A falta de menção aos Tribunais de Contas Estaduais realmente prejudica a correção da alternativa.

Todavia, não é caso de anulação da questão, mas sim de alteração de gabarito, para que seja considerada correta a alternativa 'e' (*“Todas as alternativas estão erradas”*).

Questão 04) Nos termos da Constituição Federal, a fiscalização do Município será exercida pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal e pelo Poder Legislativo, mediante controle externo. Nesse sentido, é **correto** afirmar que:

- a) Até o julgamento das contas do Prefeito pela Câmara Municipal, prevalece o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas.
- b) Os Vereadores, no exercício do controle interno, poderão instalar comissão parlamentar de inquérito para promover a responsabilidade administrativa de qualquer agente público atuante no Município.
- c) O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Municípios ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
- d) As Câmaras Municipais, atendidos os limites de despesa previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, podem criar Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais para auxiliá-las no exercício do controle externo.
- e) Todas as alternativas estão erradas.



Considerando que o mesmo problema afeta a questão 4 da prova tipo B², também deve ser alterado seu gabarito, para que seja considerada correta a alternativa 'e'.

Assim, o gabarito definitivo das provas passa a ser:

Questão	Prova A	Prova B
1	E	C
2	A	B
3	C	D
4	E	E
5	C	E
6	A	D
7	C	D
8	C	A
9	C	D
10	E	C
11	B	A
12	D	B
13	D	A
14	C	B
15	E	C
16	B	B
17	E	B
18	C	B
19	E	E
20	E	A
21	D	A
22	B	A
23	C	E
24	C	D
25	A	D
26	D	A
27	E	B
28	B	C
29	A	A

Questão 04) Nos termos da Constituição Federal, a fiscalização do Município será exercida pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal e pelo Poder Legislativo, mediante controle externo. Nesse sentido, é **correto** afirmar que:

- a) Até o julgamento das contas do Prefeito pela Câmara Municipal, prevalece o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas.
- b) O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Municípios ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
- c) Os Vereadores, no exercício do controle interno, poderão instalar comissão parlamentar de inquérito para promover a responsabilidade administrativa de qualquer agente público atuante no Município.
- d) As Câmaras Municipais, atendidos os limites de despesa previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, podem criar Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais para auxiliá-las no exercício do controle externo.
- e) Todas as alternativas estão erradas.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO**
Procuradoria-Geral

MPCSP-049/040/18
Fl. 84

30	D	A
31	D	E
32	C	C
33	A	B
34	B	D
35	C	D
36	C	B
37	A	C
38	B	B
39	D	E
40	B	A

São Paulo, 17 de agosto de 2018, às 18h17.

RAFAEL NEUBERN DEMARCHI COSTA
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

✚